GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV – GIRED

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: quinta- feira, 20 de outubro de 2016

HORÁRIO: 10h às 16h

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações, Brasília-DF – SAUS Quadra 06, Bloco H, 9º Andar, Ala Sul

MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

Rodrigo Zerbone Loureiro – Presidente do GIRED – Anatel

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira – Ministério das Comunicações (titular)

José Gonçalves Neto – Telefônia Brasil S. A. (titular)

Gilberto Sotto Mayor – Claro S. A. (suplente)

Cristiene Abadia Evaristo – Algar Celular S. A. (suplente)

Luis Roberto Antonik – Radiodifusão (titular)

André Barbosa Filho – Radiodifusão (suplente)

Paulo Ricardo Balduíno – Radiodifusão (suplente)

Ana Eliza Faria e Silva – Radiodifusão (titular)

Cristiano Lobato Flores – Radiodifusão (suplente)

André Felipe Seixas Trindade – Radiodifusão (titular)

Evelin Maciel Brisolla – Radiodifusão (suplente)

OUTROS PARTICIPANTES:

Adriana Mendes – EAD

Alex Pires de Azevedo – Anatel

Antônio Martelletto – EAD

Felipe Roberto de Lima – Anatel

Gunnar Bedicks – EAD

Heloísa Helena Moreira – Band

Juliana Noronha – SBT

Leandro Guerra – Tim Celular S. A.

Luiz Felippe Zoghbi – Tim Celular S. A.

Luiz Nicolaewsky – TV Globo

Marcos Bafutto – Telefônica Brasil S. A.

Margaret de Almeida – Algar Celular S. A.

Martim Jales Hon – Anatel

Mônica Tavares – Anatel

Monique Barros – Claro S. A.

Natália Gurgel – Ibope

Nilson Roberto da Silva – EBC

Patrícia Abreu – EAD

Patrícia Rodrigues Ferreira – Anatel

Roberto Fernandes – TV Câmara

Rodrigo Sabino de Freitas – Anatel

Valéria Tassari – EAD

Vanessa Cristina Faria Gomes – Anatel

ASSUNTOS:

1. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Técnico de Acompanhamento Financeiro (GT-F);

Inicialmente, **Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED,** informou que a Ata da reunião do dia 05 de outubro seria aprovada na próxima reunião do GIRED, em 25 de outubro de 2016.

Registrada a presença de **Leandro Henrique de Lobo Guerra** como **Representante Excepcional** da Proponente Vencedora **Tim Celular S. A.**, nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno do GIRED.

Após, **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do GT-F,** disse que o Grupo Técnico não se reuniu desde 5 de outubro e que, portanto, não havia assunto específico a

reportar. A próxima reunião do GT-F ocorreria em novembro, no dia anterior à data da reunião do GIRED.

Deferida a palavra, **Monique Barros, da Claro S. A.,** pediu para que não fosse associada a data de reunião do GT-F à data de reunião do GIRED. **Felipe Roberto de Lima** informou que esta forma de agendamento havia sido definida pelo próprio GT, mas que, a depender da urgência e dos temas, poderia ser alterada.

2. Avaliação da responsabilidade da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD) pelo ressarcimento aos radiodifusores dos custos tributários decorrentes do remanejamento de canais;

Felipe Roberto de Lima, Coordenador do GT-F, informou que este assunto não tinha sido levado formalmente ao GT-F, contudo, que havia ocorrido uma discussão informal. Com a Abert e EAD, foi discutida a possibilidade de contratação de consultoria, e também de consulta à Receita Federal. Na última reunião do GIRED, foi discutida a capacidade do GIRED de fazer esta consulta, mas, de acordo com a Procuradoria da Anatel, o Grupo não seria legitimado a fazê-lo.

Cristiano Lobato Flores, representante suplente da Radiodifusão, disse que houve uma tentativa de solucionar a questão fora do GIRED. A questão tributária do remanejamento poderia ter duas interpretações: a EAD entendeu que, na transferência de equipamentos novos para a Radiodifusão, como se trataria de uma indenização por conta de uma recomposição patrimonial, não incidiria PIS COFINS. Já a Radiodifusão entendeu que, como isto seria incorporado como ativo imobilizado, havendo um "mais valia" (porque o novo equipamento era mais caro), incidiria o PIS COFINS, pelo regime não cumulativo de 9,25%, uma vez que não se tratava de uma receita decorrente da Radiodifusão.

Relatou que se empenhou junto à EAD no sentido de, antes de se explorar de quem seria a responsabilidade deste tributo, deveria ser buscada segurança jurídica. Por isso, cogitou-se uma consulta à Receita Federal. Falou que, se os radiodifusores não recolhessem PIS e COFINS, poderiam ser autuados pela Receita e multados no futuro, com um acréscimo de 75%.

Considerando que seria feito o primeiro remanejamento em Araguari/MG, era importante que houvesse essa visão de responsabilidade para que constasse dos Termos assinados pelos radiodifusores e para que fosse operacionalizada a forma de ressarcimento. Para ele, era importante que o entendimento sobre a questão fosse antecipado. Disse que entendia que a recomposição do ressarcimento nos custos do remanejamento envolvia também a questão tributária. Disse que o Edital era claro quanto ao ressarcimento.

Em suma, falou que, quando houvesse a transferência do equipamento para o radiodifusor, ele teria que fazer o recolhimento do PIS COFINS no mês subsequente.

Antônio Martelletto, da EAD, informou que já se estudava contratar uma consultoria, junto com a Abert, para avaliar o tema.

Cristiano Lobato Flores, representante suplente da Radiodifusão, disse que, na verdade, a contratação da consultoria seria para embasar a consulta à Receita Federal. A Consultoria poderia opinar pela desnecessidade dessa solicitação de informação, mas, mesmo assim, a Receita Federal poderia informar no futuro que era preciso recolher os tributos. Para ele, para haver segurança jurídica, deveria ser feita a consulta à Receita Federal ou ser realizado um recolhimento.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, ressaltou que havia duas questões sendo discutidas: a) se era devido o tributo, e b) se fosse devido o tributo, de quem era a responsabilidade pelo recolhimento. Perguntou aos presentes se no GIRED havia um consenso de que esta responsabilidade seria da EAD.

Cristiene Abadia Evaristo, representante suplente da Algar Celular S. A., sugeriu que o assunto fosse deliberado na presente reunião.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., interveio para falar que não havia elementos suficientes para decisão ainda.

Em seguida, **Cristiene Abadia Evaristo, representante suplente da Algar Celular S. A.**, falou que estava pendente uma dúvida, qual seja, se haveria a contratação da Deloitte. Ressaltou que a contratação não invalidava a posição de que a responsabilidade não era da prestadora.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, pontou que quem decidia sobre recolhimento do tributo era a Receita Federal. Quem decidia sobre o responsável pelo pagamento era o GIRED e, eventualmente, o Conselho Diretor da Anatel, caso houvesse recurso dessa decisão.

Cristiano Lobato Flores, representante suplente da Radiodifusão, afirmou que a consultoria era o primeiro passo para consultar a Receita Federal.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, falou que, se não houvesse consenso sobre a responsabilidade da EAD pelo recolhimento do tributo, no limite a questão seria decidida no dia 25. Ressaltou que, de qualquer forma, dia 25 de outubro seria deliberada a questão da responsabilidade.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, ressaltou o empenho das afiliadas em fazer o processo, em especial em Araguari/MG, o qual seria realizado de modo a ressintonizar o transmissor existente, minimizando os custos de investimento da EAD. Mais do que isso, para viabilizar a antecipação de prazo solicitada, a afiliada deslocou e emprestou um transmissor auxiliar para permitir este processo de ressintonia.

Gunnar Bedicks, da EAD, disse que a TV Integração estava se empenhando muito e que o trabalho em geral com as equipes em radiodifusão estava sendo muito bom. Salientou a importância da colaboração de todos os envolvidos.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, parabenizou pela iniciativa colaborativa, muito importante como um todo, e disse que a questão seria resolvida na próxima reunião.

3. **Apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Técnico de Remanejamento (GT-Rm);**

Martim Jales Hon, coordenador do GT-Rm, disse que foi realizada uma reunião na última segunda-feira, e que houve cinco pedidos de liberação da faixa, dos quais dois seriam discutidos na presente reunião. Os três restantes seriam colocados na pauta da reunião do GIRED do dia 25 próximo.

Passou-se então para o item 4 da pauta.

4. **Avaliação dos estudos de viabilidade da implantação das redes de telefonia móvel LTE em (1) Juazeiro do Norte/CE e região, e (2) municípios dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, submetido pela EAD;**

Martim Jales Hon, coordenador do GT-Rm, citou duas regiões para as quais houve estudo de viabilidade técnica para implantação do SMP na faixa de 700 MHz, pelo qual se constatou a ausência de interferências: a) região Juazeiro do Norte/CE (cidades de Barbalha, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha) e b) conjunto de municípios dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Bahia.

Considerando os resultados dos estudos apresentados, que apontaram para a viabilidade da implantação do LTE nestas regiões, o GIRED aprovou a liberação do LTE nessas duas regiões.

5. **Informe sobre as ações de remanejamento de canais em Brasília/DF;**

Gunnar Bedicks, da EAD, disse que, a princípio, havia cinco canais para serem remanejados após o desligamento (TV justiça, Genesis, TV Camara, TVA e Rede Vida). Informou que todos os projetos já tinham sido elaborados e que já havia concordância dos radiodifusores neste sentido, exceto a TV Genesis. Os equipamentos já tinham sido adquiridos e, tão logo o desligamento fosse feito, o remanejamento aconteceria.

Pontuou que o assunto quanto a TV Genesis não tinha prosperado e reiterou o pedido para que a TV Genesis (Fundação Sara Nossa Terra) não fosse mais da responsabilidade da EAD.

Paulo Ricardo Balduino, representante suplente da Radiodifusão, disse que tentou contato com a TV Genesis.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, informou que participou de uma reunião com a TV Genesis, ocasião em que ela disse que reavaliaria seu posicionamento. Falou que o pedido da EAD (de não mais ficar responsável pela TV Genesis) demandava um estudo do Edital e uma avaliação detalhada. Relatou que informou aos representantes da TV Genesis que as determinações da Anatel deveriam ser cumpridas e que a Agência tomaria as medidas acautelatórias de administração do espectro, inclusive de lacração de equipamentos, se fosse preciso. Enfatizou que existia a possibilidade de resolver a questão sem gerar um conflito, e que ela estava sendo buscada.

Sobre a possibilidade de a EAD de se eximir da responsabilidade de custear o remanejamento de determinada emissora, essa previsão não existia de forma explícita no edital, o que demandaria uma análise mais cuidadosa.

Andre Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que a TV Genesis poderia atuar até quando o Ato de RF lhe permitisse. Então, perguntou o prazo deste o Ato.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, explicou que todo Ato que altera um canal estipula um prazo para que a alteração seja concluída. O prazo padrão era de quatro meses.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, disse que, conforme o Edital, permanecia o prazo padrão de 4 meses.

Gunnar Bedicks, da EAD, disse que entendia que a Anatel publicaria estes Atos de remanejamento de todos os canais. Ressaltou que, em Brasília, todos os radiodifusores estavam cooperando, exceto a TV Genesis.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, destacou que, após o desligamento no dia 26 de outubro, os Atos seriam publicados no dia 28 e, a partir daí, começaria a contar o prazo de 4 meses.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, perguntou se havia algum impedimento técnico que impossibilitasse a TV Genesis de permanecer no canal digital.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, informou que, de acordo com os estudos de viabilidade, caso o canal não fosse remanejado, haveria interferência com o cocanal do Gama. Se a TV Genesis permanecesse no canal 29, ele afetaria o Gama. Por sua vez, se a RTV do Gama ficasse no canal 30, interferiria em Alexânia. Foram feitas várias avaliações técnicas e de fato não havia outra solução técnica possível senão o remanejamento.

6. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Técnico de Recepção (GT-Rx);

Alex Pires de Azevedo, Coordenador do GT-Rm, informou que não houve reunião desde o último encontro do GIRED e que em novembro estava prevista nova reunião do grupo.

7. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Técnico de Comunicação (GT-Com);

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, informou que não houve reunião do GT-Com.

8. **Metodologia da pesquisa de aferição do nível de digitalização de Brasília/DF e entorno;**

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, disse que, inicialmente, havia uma metodologia usada em Rio Verde/GO. No início das atividades em Brasília, foi solicitado um novo *pantry check* com checagem fotográfica e, em alguns pontos, a Radiodifusão entendeu que haveria pontos de evolução, especialmente sobre telas finas sem conversor e antenas adequadas.

Ressaltou que foram feitas várias tentativas para esgotar todas as possibilidades de consenso, mas aparentemente, o GIRED não conseguiu. Contudo, era necessário haver algum tipo de definição até o dia 25 de outubro e, para isso, não havia outra escolha a não ser colocar a matéria em votação.

Natália Gurgel, do Ibope, deu início a uma apresentação sobre os critérios existentes:

1) Critério inicial de Rio verde: Menção de conversor OU Citação de canal com ponto E nome HD

2) Critério GIRED: Critério incial Rio Verde mais Tela fina Terrestre mais Pay TV Cabo

3) Nova combinação proposta – RDF – Tubo: Citou canal digital para emissora OU Conversor, Tela Fina: Citou canal digital para emissora ou confirmou imagem de canal digital OU conversor.

   Tela fina citou canal digital par emissora ou confirmou imagem de canal digital OU Convresor

4) Critério GIRED com deflator
   Critério GIRED aplicando ajuste a ser realizado em domicílios considerados digiais apenas pela presença de tela fina terrestre, para que fossem descartadas as telas finas sem conversores.

Em seguida, **Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED,** começou o processo de deliberação, a começar pelas prestadoras de telecomunicações.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., falando por todas as Proponentes Vencedoras, disse que, na busca de um consenso, aceitavam a alternativa 4.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, informou que a Abratel estava analisando todos os cenários e, até a presente data, o critério 3 era o escolhido.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, falando pelos demais membros titulares representantes da Radiodifusão, disse que tinha convicção de que o critério 3 preservava a condição estabelecida no GIRED e, portanto, votou por este critério.

Vanda Jugurta Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, relatou que fez diversas reuniões no MCTIC para discutir o tema. Disse que os quatro critérios foram detidamente avaliados, bem como as questões referentes ao desligamento, a dificuldade em São Paulo (capital), a regularização de retransmissores e o *switch off*.

Falou que as duas partes tinham direitos e prerrogativas altamente relevantes e que as prestadoras estavam pacientemente aguardando o desligamento. O Ministério reconhecia a importância da liberação da faixa e também da sobrevivência da Radiodifusão. Ressaltou que reconhecia que a audiência não era pontuada, mas calculada e que só a partir do desligamento é que se saberia quantas casas não teriam o sinal digital ou que não fizeram suas instalações. Afirmou que o momento político não estava ajudando o processo, e que o Ministério era solidário aos dois lados.

Informou que o Ministério não via outra alternativa senão o desligamento, e que havia optado pela avaliação dos critérios 3 e 4 para a decisão a ser tomada no dia 25. Disse que os critérios seriam discutidos democraticamente e, que no futuro, seriam institucionais e não poderiam ser votados nos dias que antecediam o desligamento.

Leandro Guerra, Representante Excepcional da TIM, disse que concordava que em São Paulo o processo realmente seria muito diferente, mas que, em nenhum momento, foi pedido para "trocar as regras do jogo".

Dulcídio Pedrosa, do MCTIC, disse que o Sr. Ministro ressaltou a campanha que estava sendo feito em Brasília e que tinha enorme confiança de que haveria uma convergência dos números. Ressaltou que não existiam indicativos de que haveria uma discrepância de números, haja vista que dois meses atrás a condição de Rio Verde/GO já tinha sido alcançada. Para ele, houve avanços e valores expressivos.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, interveio para discordar da decisão do MCTIC. Disse que os radiodifusores estavam preparados, mas que, se não houvesse um número razoável, não deveria haver desligamento. Em Brasília, havia uma situação excepcional, pela campanha e pela distribuição de conversores. Uma decisão de desligar com um número qualquer deixaria uma insegurança.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, esclareceu que não havia decisão de desligamento, a qual somente seria tomada no dia 25 de outubro. Tudo indicava que haveria um percentual que possibilitaria o desligamento com tranquilidade.

Vanda Jugurta Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, disse que, se a decisão fosse de desligamento de qualquer jeito, não haveria votação pelo critério.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, salientou que existia certa tranquilidade para desligar. Todos os elementos demonstravam este caminho. Aconteceria o primeiro desligamento de uma grande cidade brasileira e seria fundamental para gerar um comportamento positivo. O que o MCTIC estava falando era que, se a pesquisa demonstrasse o caminho da digitalização, não haveria outra abordagem senão o desligamento. Reiterou que não houve decisão tomada. O MCTIC queria duas metodologias válidas para fazer a avaliação do desligamento, pois com os dois números à mesa teria mais condições de tomar uma decisão.

Falou também do seu desapontamento em não ter se chegado num consenso sobre o critério. A falta de consenso no momento, a poucos dias do desligamento, o fizera questionar sobre possibilidade de normatizar esta questão. Infelizmente, não seria o

ideal. Se houvesse um consenso, isto não seria necessário – uma normatização prévia. Disse que era melhor colocar isto numa portaria para ter segurança jurídica.

Pontuou que outra questão muito importante era a de que no dia 25 fosse considerada uma avaliação definitiva do processo, as duas metodologias e os dias posteriores ao desligamento. Parecia fundamental realizar uma pesquisa posterior à data do desligamento em Brasília, para fazer a captura do incremento final do processo. Parecia que a decisão tomada em relação à metodologia era muito prudente – considerar duas pesquisas, dadas as características específicas de cada uma. Mas obviamente era fundamental que não se passasse por isto novamente, para que em São Paulo a discussão fosse estabilizada.

Paulo Ricardo Balduino, representante suplente da Radiodifusão, disse que, junto aos critérios, já havia um índice estabelecido em Portaria, o qual ele entendia que também deveria ser considerado.

Em seguida, **Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED**, falou que se o resultado da pesquisa fosse superior a 90%, era passível de desligamento. No caso de qualquer percentual para baixo, o MCTIC teria que decidir, embasado ou não pelo próprio GIRED. Em Rio Verde/GO, o sinal tinha sido desligado com menos de 90%.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, salientou que a pesquisa anterior tinha sido feita em 60 dias antes, mas o ideal seria uma pesquisa intermediária, de 30 dias. Disse que em São Paulo, o processo poderia ser aprimorado e que o governo poderia "aparecer mais".

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, falou que, quanto à atuação do governo, disse que atendia todos os jornalistas e que o Ministro Kassab estava falando bastante sobre o tema. Disse que o governo estava sempre disposto para fazer o papel dele. Lembrou aos presentes que ele tinha pedido para todos colocarem no papel quais evoluções queriam no processo, quais os pontos em relação à antena, quantos *pantrys checks*, etc, contudo, isto não foi feito. Então, isto seria discutido posteriormente.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., parabenizou a Anatel e o MCTIC por perseguirem o consenso. Disse que confiava numa boa decisão para o País e que desejava que não aparecessem surpresas no processo.

Cristiano Lobato Flores, representante suplente da Radiodifusão, interveio para confirmar seu entendimento, qual seja, de que a pesquisa seria processada pelos dois métodos. Em não alcançando o percentual definido, o MCTIC tomaria a decisão.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, disse que, se houvesse a necessidade de os dois critérios atingirem patamares acima de 90%, na prática seria uma decisão pela metodologia 3. Como foi decidido pelas duas metodologias, a partir da construção dos resultados de cada uma, a decisão seria tomada.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, falou que estava de acordo com a decisão pautada em duas metodologias no dia 25, e que deveria ser observado o interesse público. Ainda assim, registrou desconforto com o mal

entendido anterior (ele havia entendido que o MCTIC já teria decidido pelo desligamento).

Antônio Martelletto, da EAD, disse que não existia fobia quanto ao desligamento. Para ele a grande questão do desligamento era o compromisso com a população.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, relatou sua participação em duas patrulhas – em Luziânia e em Ceilândia. Falou que era interessante a proposta de participar destas patrulhas, para ver o conhecimento do telespectador, se realmente as decisões estavam alinhadas com a realidade em campo. Convidou todos a sairem em campo.

Rodrigo Zerbone, Presidente do GIRED, disse que, ainda que nenhum critério atingisse os 90%, em tese era possível o desligamento, considerando uma evolução natural e os dados de Rio Verde/GO (o crescimento de 8% entre a última pesquisa e a data do desligamento). O mesmo valia se uma metodologia atingisse o percentual definido e a outra não. Se os dois critérios dessem mais que 90%, haveria o desligamento.

Por fim, a reunião foi encerrada.

9. Informes da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD)

Este item da pauta não foi discutido.

10. Outros assuntos

Não houve outros assuntos.

11. Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2016.

Este item da pauta foi discutido durante a reunião.

ASSINATURA DOS MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

Rodrigo Zerbone Presidente do GIRED – Anatel	- AUSENTE - José Alexandre Bicalho Secretário do GIRED – Anatel
Vanda Jugurtha Bonna Nogueira Ministério das Comunicações (titular)	- AUSENTE - Augusto César da Costa Barros Ministério das Comunicações (suplente)

José Gonçalves Neto Telefônica Brasil S. A. (titular)	- AUSENTE - Átila Araújo Branco Telefônica Brasil S. A. (suplente)
Oscar Petersen Claro S. A. (titular)	- AUSENTE - Gilberto Sotto Mayor Claro S. A. (suplente)
- AUSENTE - Renato Pachoareli Algar Celular S. A.	Cristiene Abadia Evaristo Algar Celular S. A. (suplente)
- AUSENTE - Mario Girasole Tim Celular S. A. (titular)	- AUSENTE - Leonardo Capdeville Tim Celular S. A. (suplente)
Luis Roberto Antonik Radiodifusão (titular)	André Barbosa Filho Radiodifusão (suplente)
- AUSENTE - Flávio Lara Resende Radiodifusão (titular)	Paulo Ricardo Balduino Radiodifusão (suplente)
Ana Eliza Faria e Silva Radiodifusão (titular)	Cristiano Lobato Flores Radiodifusão (suplente)
André Felipe Seixas Trindade Radiodifusão (titular)	Evelin Maciel Brisolla Radiodifusão (suplente)

REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL

Leandro Enrique de Lobo Guerra Tim Celular S. A.	